

HIPÓDROMO DE MACAU. A data exacta da primeira corrida de cavalos em Macau permanece ainda um mistério, mas sabe-se, graças à pena de um súbdito britânico, Peter Mundy, que de passagem pelo território, integrado numa delegação do seu país que buscava abrir o mercado do Grande Cataio, relata que teve lugar em Novembro de 1637, na zona norte da cidade, uma corrida equestre. Só por volta de 1920 é que a ideia de se construir uma estrutura permanente para as corridas surge de forma mais consistente. O mentor é Constâncio José da Silva, um abastado macaense, republicano e director e proprietário do bissemanário *O Liberal*, que em resposta a uma carta de um amigo, Henrique Machado, lança o projecto de se criar um hipódromo em Macau. O projecto envolve três governadores (Rodrigo Rodrigues, Maia Magalhães e Tamagnini Barbosa) por dificuldades na expropriação de terrenos perto de Mong Há (Wangxia 望廈), optando o sindicato que se propunha explorar o negócio pela zona da Areia Preta. Numa tarde ensolarada de Março de 1927, *The International Race and Recreation Club of Macao*, uma espécie de extensão do famoso Hong Kong Jockey Club, promoveu a primeira sessão de corridas, todas com 'China Ponies'. Aliás, de Hong Kong, que via a pista de Macau como um excelente local para descanso das montadas e cavaleiros, vinha quase tudo: dinheiro, cavalos, jockeys, e boa parte dos apostadores. Por isso mesmo, passadas três épocas, o clube foi obrigado a fechar as portas. Os pôneis voltaram a Areia Preta em Agosto de 1931, em moldes mais profissionais, com a novidade de terem cavaleiros chineses e macaenses, com especial destaque para os manos João e Frederico Nolasco da Silva e Rogério Lobo. Foram nove temporadas de relativo sucesso, com apoio da comunidade local e com suporte de apostadores de Hong Kong, isto apesar da concorrência dos galgos. À décima temporada de 1941-1942 a população de Macau estava muito mais atenta às corridas militares japonesas do que às dos cavalos na Areia Preta, e no dia 17 de Novembro de 1942, debaixo de um ambiente estranho, como relatava o repórter do jornal *A Voz de Macau*: "o sol estava radioso, mas toda a sessão tinha um semblante mais próprio dos dias de tufão". A febre das corridas só voltaria a Macau em Junho de 1977, pela mão de Yip Hon (Ye Han 葉漢), um dos grandes senhores da S.T.D.M., que ergue na Taipa o maior empreendimento privado à altura na Ásia, mas na vertente de corridas a trote com atrelado. Mas, tal como as inicitivas anteriores, fracassou. Nem mesmo

cavalos e montadas de primeira, um hipódromo moderno, vedetas de hollywood como Zsa Zsa Gabor ou Barbara Carrera, o dinheiro do Casino *Cesar's Palace* de Las Vegas e uma edição do Campeonato do Mundo da especialidade salvou o empreendimento. David Copperfield ainda veio à Taipa, mas o toque de magia não aconteceu. Sustentar 480 cavalos, 40 jockeys e 20 treinadores de primeiro plano, mas com as bancadas para 12 mil pessoas vazias, era uma tarefa inglória e, em Fevereiro de 1989, o hipódromo encerrou. Nesse mesmo ano, investidores de Taiwan surgiram e mudaram a velocidade dos cavalos: de trote para galope. Na tarde de 12 de Setembro de 1989 as bancadas estavam cheias, os apostadores animaram as sessões, mas a proibição das apostas vindas de Taipei lançaram o caos. Os empresários de Taiwan foram envolvidos em escândalos, houve suicídios de pequenos investidores um pouco por toda a Formosa, e a firma foi considerada ilegal. Em Maio de 1990 o clube andava de rédea solta. Em Dezembro desse ano as autoridades selam o computador de apostas. A mais recente fase do hipódromo tem sido de sucesso, com a entrada de Stanley Ho, que embora tenha tido problemas com a realização de corridas no Verão (enfurecendo os homens de Hong Kong), aproveitou bem uma virose que atingiu os cavalos do vizinho território (obrigando a uma paragem de 3 meses). A partir de Outubro de 1994 o Macau Jockey Club começou a aumentar as suas receitas, com um aumento sustentado de 10 por cento ao ano, as sessões são transmitidas por uma televisão de Hong Kong, as bancadas cheias de um público já conhecedor e regular. [P.D.M.]

HISTORIOGRAFIA DE MACAU. A historiografia de Macau é praticamente um domínio científico ausente da literatura e cultura históricas do território. Apesar da generosidade da extensa lista de títulos que, entre obras maiores, ensaios e muitas centenas de artigos, mobiliza a noção de história para a sua produção textual, muito mais rara é a frequência de uma categorização científica de historiografia. Uma escassez que não pode mesmo desvincular-se da situação disciplinar da história no actual panorama académico e científico da região administrativa especial de Macau em que falta claramente no ensino superior e nas instituições de investigação locais uma formação avançada nos diferentes campos que presentemente organizam a história profissional e científica. Apesar de alguns esforços muito recentes, esta ausência tem vindo a con-

correr para disseminar a edição de títulos de história entre os mais diversificados actores sociais e culturais, sobejando em amadorismo e recreação intelectuais o que não se descobre em produção profissional e científica. Acresce ainda que a noção de historiografia é uma categoria tão recente como complexa. A sua progressiva utilização em sede de uma epistemologia da complexidade decorre do reconhecimento cada vez mais inter-subjectivamente unânime de que a história faz parte da colecção dos discursos sobre o mundo recebendo validação científica precisamente quando se vaza em historiografia e se acolhe criticamente ao interior das instituições e campos científicos que produzem com continuidade uma história profissional. Esta consideração tende a significar que a historiografia representa a produção cientificamente orientada acerca do conhecimento do passado que, transmitindo-se através da *história*, não é passível de uma reconstituição nem total nem muito menos “verdadeira”. Com efeito, à semelhança das outras ciências sociais e humanas, a historiografia não intenta difundir um *conhecimento verdadeiro* do passado, mas antes compreender e conceptualizar no tempo e no espaço partes do seu funcionamento e dos seus *processos* formativos com evidente conexão permanente aos temas, problemas, interesses e inquéritos do presente. *A história é sempre filha do presente*, para rememorarmos a belíssima máxima de Lucien Febvre, pelo que os nossos instrumentos, objectos e modalidades de “fazer história” e produzir uma historiografia dependem da nossa situação também científica actual com os seus jogos de prioridades e urgências tanto como de opções de financiamento e hierarquização de políticas científicas. A validação científica do historiográfico não depende, assim, directamente de qualquer forma de *verdade histórica*, mas antes da validação inter-subjectiva que o campo científico da história vai destacando entre obras, autores, teses e explicações, a partir da mobilização dos instrumentais epistémicos, metódicos e técnicos que o próprio campo tende a especializar através das suas instituições académicas, científicas e profissionais. No último meio século, a historiografia renovou demoradamente as suas metodologias, fontes, objectos e temas de pesquisa, aproximando-se interdisciplinarmente de outras ciências sociais e humanas – da antropologia à sociologia, da economia à psicologia – para muitas vezes se apresentar como o conjunto das ciências sociais que estuda o passado. No entanto, em rigor, é este elemento *passado* – se quisermos, a

história – o único domínio específico que ainda distingue o campo da historiografia do das outras ciências sociais e humanas. Objectos e temas têm vindo a perseguir, afinal, os grandes inquéritos sociais, políticos, económicos e culturais também estudados pelas outras ciências sociais, restando neste cruzamento cada vez mais estreito essa singular distinção: a historiografia investiga e interpreta os processos que especializaram o passado de homens e sociedades. Não é possível encontrar uma noção científica de historiografia anterior aos grandes trabalhos europeus que, nas décadas finais do século XIX, foram consagrando a opção dominante de uma história positivista feita à medida do testemunho documental escrito numa sorte de técnica de “corte e tesoura” em que a *verdade histórica* se resolvia mediatamente em função do documento apenas criticado nos seus aspectos heurísticos. Longe de perceber que a própria noção de documento, geralmente dominada pelo documento oficial de produção estatal ou dimanando dos grupos sociais superiores, é uma construção e, tantas vezes, uma representação vinculada a profundas opções e selecções sociais e culturais, esta história positivista e documental, exagerando uma noção de facto histórico, foi dirigindo as formas de fazer história ocidentais para triunfar nas primeiras décadas do século XX nos vários horizontes académicos que passaram a consagrar uma formação superior ao ensino e investigação da história. Esta marca positivista, documental e factual tornou-se um legado persistente, facilitando a abertura da circulação de textos reivindicando a sua dimensão histórica com base na edição, compilação e acompanhamento do testemunho documental, sobretudo do documento escrito. Apesar desta opção marginalizar todas essas vozes que fizeram funcionar as sociedades do passado sem escrita ou, pelo menos, longe da ideia de escrita europeia, continua a oferecer uma agradável avenida reunindo os mais diferentes editores de títulos de história que, entre amadores e antiquários, ensaístas e jornalistas ou toda a sorte de intelectuais e curiosos, entendem a história como uma espécie de arte de publicar documentos, antologias e anexos documentais mesmo quando não escrevem uma única palavra sobre as condições de produção da documentação seleccionada. A história que não a historiografia de Macau está pejada desta perspectiva documental e factual. Basta revisitar os monumentais trabalhos multiplicados, por exemplo, pelo minucioso labor do Padre Manuel Teixeira para se encontrar esta estreita dependência entre uma limi-

tada ideia de história e a confiança na “verdade” da generosidade documental. Tendência que, irritantemente, se prolonga em muitas publicações antológicas e memoriais em que se seguem, transcrevem e confiam em fontes profundamente marcadas por sentidos oficiais, ideológicos e mesmo políticos como ocorre com essa mais do que exagerada frequência da cronística oficial secular e religiosa portuguesa sem se perceber os sentidos das próprias modalidades de selecção e marginalização de “factos” que esse tipo de textos foi propositadamente erguendo entre os séculos XVI e XVIII. A historiografia de Macau não se mostra apenas campo científico estreito como ainda exhibe especializações limitadas. Caso quisermos convocar indicadores estruturais básicos sobre o funcionamento do passado de Macau, mesmo com grande esforço de indagação bibliográfica o resultado seria profundamente confrangedor. O que é que poderemos dizer com rigor, por exemplo, sobre a história dos preços no enclave macaense? Muito pouco, quase nada de organização estrutural e conjuntural, ainda por cima num espaço em que historicamente conviveram diferentes sistemas monetários, circulavam diversas moedas tanto como pesos e medidas. De forma ainda mais generalizada, o que é que poderíamos adiantar com científico rigor acerca das próprias estruturas e sentidos da história económica de Macau? Exceptuando avaliações qualitativas tão gerais como quase essenciais, sublinhando alguns ciclos económicos subsumidos na ordem de alguns tratos e escambos dominados por sectores limitados das elites políticas e mercantis que se reivindicavam “portuguesas”, não existem indicadores quantitativos e seriais esclarecendo a circulação de capitais mobiliários e imobiliários, estruturas financeiras, sistemas de investimento, formas de organização económica ou, entre tantos outros temas por estudar, as principais estruturas de divisão económica e social do trabalho. Ou seria que no enclave macaense na longa duração da história, pura e simplesmente, não se trabalhava, esperando-se que caíssem do céu já não apenas os lucros pingues dos tratos, como também os operários que construía ruas e edifícios, os artesãos que concertavam aqui o calçado, ali o vestuário ou erguiam, douravam e decoravam os altares dos templos católicos? E quais eram e como eram os salários destes trabalhadores? Quem pagava? Qual era a sua origem? Conseguiam sobreviver apenas com a força do seu trabalho? Se prolongássemos esta rede de interrogações, mesmo sem pretensão de sistematizadas, aos domínios

da história social de Macau, sobriariam em interrogações o que não se descobre em investigação historiográfica. Como é que se organizaram sistemas de parentesco, unidades domésticas e formas de família ao longo da história de Macau? Que grupos e segmentos sociais se conseguem identificar? Qual o papel social das mulheres e das suas formas de organização estamental? Não existem respostas a estas questões fundamentais porque não se conseguem encontrar investigações profissionais exteriores a alguns resistentes essencialismos que, agitando ideias de multiculturalidade e “mestiçagem cultural”, tendem a concluir sempre essas publicações documentais e antológicas com algumas proclamações “evidentes” que, afinal, tratam de servir de “prova” ou “ilustração” a esses arreigados essencialismos com que se perspectiva (mal) a complexidade social, económica, política e cultural do passado de Macau com o seu demorado processo de negociação de formas de representação do poder e de controlo de soberanias “absolutas”. Se a noção científica de historiografia é recente, a compreensão da história, a frequência e escrita sobre o passado, foi pautada até finais do século XIX pelas mais dissonantes perspectivas. Como se sabe, em rigor, longe desse pecado do anacronismo tão avisado por Lucien Febvre, a história não era nem em Portugal nem na Europa culta dos séculos XVI a XVIII o domínio científico, académico e profissional ao qual entregamos intersubjectivamente a avaliação das nossas pesquisas e a publicação dos seus resultados. A história agitava-se no interior daquelas demoradas balizas cronológicas como uma palavra que circulava em vários ambientes culturais e sociais com significados diferentes. A autoridade de uma “invenção” clássica, logo restaurada pelo humanismo renascentista, a partir das lições inaugurais de Leonardo Bruni, é apenas uma das formas de escrever história tantas vezes em concorrência com o que escreviam acerca do passado autores religiosos, antiquários, juristas e esses vários cronistas que foram preservando com delonga essa maneira “medieval” de narrar os feitos políticos e militares dos seus reis e príncipes. Fora destes muito singulares lugares de cronistas, é mesmo difícil antes da segunda metade do século XIX encontrar alguém capaz de sobreviver profissional e socialmente como “historiador” nos diferentes espaços do Portugal de Antigo Regime, uma especialização profissional praticamente desconhecida mesmo nos espaços cultivados europeus epocais. Ao mesmo tempo, é ainda mais complexo tentar definir para os

séculos XVI a XVIII uma noção enraizada nesses tempos de historiografia. Este conceito com que procedemos à “selecção” hoje do que tem dignidade científica como *história* é ainda mais estranho quando muitos autores e obras escreviam sobre o passado ou sobre relevantes acontecimentos recentes vazados em “memória” movidos pelas mais diversas motivações sociais, económicas, políticas e ideológicas. Alguns continuavam a escrever para servir o seu rei, outros para subir degraus na administração, outros para exornar a sua ordem religiosa, muitos outros perseguindo estranhas curiosidades impostas por mundos que achavam excessivamente “outros” e exóticos, depois vazados em aventuras, peregrinações e viagens que encontravam no mundo letrado europeu um público fiel. É quase impossível encontrar um destes autores a escrever motivado por (*as nossas*) “razões científicas”. É, por isso, preferível identificar estas diferentes formas memoriais de escrever sobre o passado enquanto diferentes culturas históricas com diversas origens e tradições tanto como manejando diversificadas retóricas e modelos de escrita. Este é também o contexto cultural e literário em que diferentes tradições começam a difundir algumas novas especializações memoriais impressas e manuscritas sobre a presença colonial portuguesa em vários espaços ultramarinos, investimentos textuais que, até princípio do século XVIII, privilegiaram mais tratar os enclaves lusos do chamado “Estado da Índia” do que as movimentações portuguesas em África ou no Brasil. O aparecimento e difusão de alguma memórias sobre o passado e presente histórico de Macau devem integrar-se neste contexto memorial geral, mas a especificidade política, económica e sociológica do território especializou também os caminhos da representação da sua “história” e “memória”. Não existindo, no entanto, trabalhos suficientes autorizando a descrever densamente e a interpretar com rigor a demorada formação de uma historiografia que se queria macaense, tratemos de sublinhar algumas tendências e perspectivas gerais tanto como colecções de obras memoriais entre autorias reconhecidas e vários anonimatos cruzando temas, eventos e a movimentação apresentada como “portuguesa” que utilizava Macau para os mais variados investimentos políticos, religiosos e comerciais, mas sem dissolver radicalmente a sua posição demorada de semi-periferia na intermediação das produções de luxo da economia chinesa. As referências à história de Macau duplamente enquanto espaço com passado e memória

do seu presente no conjunto das especializações memoriais sobre a presença colonial portuguesa na Ásia começam a coleccionar-se nitidamente no interior e mesmo sob a orientação da cronística e da hagiografia religiosas. Com efeito, são as muitas memórias quinzentistas e seiscentistas da missão católica no Japão e na China que convidam alguns textos entre crónica e hagiografia a referenciar o papel histórico de Macau enquanto espaço de encruzilhada das missões católicas com a sua estreita vinculação ao sistema do chamado “padroado português do Oriente”. Comece por se recordar para o período imediatamente anterior à fixação portuguesa em Macau a obra importante de Frei Gaspar da Cruz. Nascido em Évora cerca de 1520 e falecido vítima da peste em Setúbal, a 5 de Fevereiro de 1570, este dominicano viajou activamente pela Índia, Ceilão, Sudeste Asiático, Extremo Oriente e Ormuz. Fundou mesmo os conventos da sua Ordem em Goa e Malaca, cidade em que se encontrava em 1554, rumando em Setembro de 1555 para o Camboja, alcançado nos finais desse ano com a esperança de conversão do rei local. No entanto, face às condições adversas que Frei Gaspar da Cruz confrontou, saiu do território cambojano antes dos finais de 1556, encontrando-se em Dezembro desse ano na ilha de Lampacau (Langbai’ao 浪白澳), na China, alcançando por um mês Cantão, assim integrando esses grupos prefigurando o processo de comunicações autorizando uma futura presença portuguesa comercial no enclave de Macau. Em 1557, o nosso religioso encontrava-se de regresso a Malaca, sendo possível que tenha visitado outros locais do Sudeste Asiático antes de voltar à Índia. Regressou a Portugal, talvez em 1564, começando a preparar a edição de um tratado importante sobre a China que acabou de ser impresso em Évora, em casa de André de Burgos, em 1570, com o título de *Tratado em que se contam muito por extenso as cousas da China*. Frei Gaspar da Cruz registou as suas observações pessoais, mas compilou também informações frequentadas noutras memórias, a mais importante das quais parece ter sido um “compêndio” sobre a China escrito por Galeote Pereira, um desses vários portugueses presos em cárceres de Cantão, ajudando a organizar a informação memorial que entre tratos, contrabandos e aventuras preparou as ligações luso-chinesas que haveriam de desaguar em Macau. Cronologicamente a seguir, interessa sumariar o trabalho cronístico importante de Duarte de Sande com ligações mais concretas ao enclave macaense.

Nascido em Guimarães, em 1547, e falecido em Macau em finais de Julho de 1599, este jesuíta instalou-se na cidade desde 1585, dirigindo o importante colégio de S. Paulo da Companhia. Esteve na China, ensinando mesmo mandarim aos jesuítas que para ali se deslocavam, tendo sido superior da missão católica durante doze anos. Entre 1589 e 1590, Duarte de Sande escreveu em latim uma obra publicada sob a forma de diálogo com base em apontamentos preparados pelos príncipes japoneses que viajaram para a Europa, tendo contado com a colaboração do célebre visitador e grande jesuíta que foi Alessandro Valignano. Esta obra foi impressa em Macau – “porto do reino da China” – nos prelos trazidos para a casa da Sociedade de Jesus pela embaixada dos jovens japoneses, em 1590, com o título latino de *De Missione Legatorum Japonensium ad Romanam curiam [...] Dialogus ex Ephemeride ipsorum legatorum collectus et in sermonem latinum versus ab Eduardo de Sande Sacerdote Societatis Iesu*. Percorrendo estas mesmas formas memoriais religiosas descobre-se em seguida o trabalho famoso do jesuíta Luís Fróis. Nascido em Lisboa, em 1532, Fróis morreu em Nagasáqui a 8 de Julho de 1597. A 17 de Março de 1547 partiu para Goa, avistada a 9 de Outubro de 1548. Mais tarde, a 18 de Abril de 1554, acompanhou o vice provincial da Companhia, Belchior Nunes Barreto, numa missão ao Japão em que seguia também Fernão Mendes Pinto, ficando então em Malaca, regressando a Goa em 1557, continuando a sua educação. Em 1561, foi ordenado sacerdote e, no ano seguinte, enviado para a missão do Japão, depois de ficar em Macau dez meses. Após quase vinte anos de actividade missionária no Japão, o jesuíta voltou ao enclave macaense, em 1592, tendo ficado ao serviço de Valignano até que, em 1595, regressou ao Japão, vindo a falecer dois anos depois em Nagasáqui. Luís Fróis foi o religioso europeu quinhentista que mais escreveu sobre o Japão sobretudo através de uma generosa produção epistolar. As suas cartas tornaram mesmo o jesuíta especialmente conhecido nos meios cultos e religiosos europeus, quase obrigando o importante cronista da Companhia Giovanni Pietro Maffei a sugerir ao geral Everardo Mercuriano, em 1579, a sua mobilização formal para escrever um “*comentário sobre o progresso da fé no Japão e do sítio da terra, e dos seus governantes e guerras que impediram o Evangelho e outras coisas a propósito da História*”. Este pedido foi concretizado pelo geral Cláudio Acquaviva, sucessor de Mercuriano, escrevendo a Alessandro Valignano

para transmitir a Luís Fróis através de Gaspar Coelho o interesse formal da Companhia na edição dos seus trabalhos sobre o Japão. Luís Fróis aceitou o desafio e, em 1584, começou a escrever uma *História do Japão* narrando pormenorizadamente os principais acontecimentos da missão cristã. A primeira parte da *História* estava terminada a 30 de Dezembro de 1586, sendo a derradeira secção concluída em 1594, já quando Fróis se encontrava fixado em Macau. A seguir, em 1595, quando o jesuíta regressou ao Japão deixou a sua obra na cidade macaense para ser corrigida e enviada para a Europa, o que não veio a acontecer, em parte porque Valignano pretendia editar um livro de menores proporções, sendo por certo o principal responsável pelo esquecimento a que a memória viria a ser votada. Só no século XVIII o trabalho memorial de Fróis foi copiado em Macau chegando a Portugal com o título de *História de Japam*. Em 1592, Luís Fróis escreveu ainda um outro trabalho manuscrito intitulado *Tratado dos embaixadores japões que foram de Japão a Roma no ano de 1582*, acrescentando ao grande trabalho anterior outras referências esparsas à comunicação entre Macau e a missão jesuíta em terras japonesas. Volta a ser a história da missão católica no Japão que mobiliza o esforço memorial de João Rodrigues. Nascido em Sernancelhe, em 1561, falecido também em Macau, a 1 de Agosto de 1633, a este autor tem sido por vezes adicionado o sobrenome de *Tzucu*, significando intérprete em japonês, permitindo que não seja confundido com um outro jesuíta homónimo do seu tempo, João Rodrigues Girão, também vivendo no Japão e na China, autor de outros vários textos. Este nosso jesuíta chegou ao Japão em 1577, seguindo para Macau para ser ordenado sacerdote, em 1596. Retornou ao arquipélago nipónico, fazendo a profissão dos quatro votos em Nagasáqui, em 1601, mas confrontado mais tarde com mercados japoneses e autoridades locais foi expulso para Macau, em 1610. A partir deste enclave, realizou várias viagens à China, permanecendo a maior parte do tempo entre 1628 e inícios de 1633 em territórios sínicos, mostrando-se contrário às posições de submissão e conformação religiosas e política defendidas por Matteo Ricci em relação ao sistema moral do confucionismo e aos ritos chineses dos antepassados, polémicas com funda influência nos destinos do catolicismo em Macau. João Rodrigues conhecia bem a realidade sócio-política e a língua japonesa, tendo mesmo publicado em Nagasáqui, entre 1604 e 1605,

uma *Arte da Lingoa de Japam*, a que se seguiu a edição de uma *Arte breve da Lingoa Japoa*, feita em Macau, em 1620. A partir destas datas, o nosso autor trabalhou vários anos numa *História da igreja do Japão*, memória manuscrita e incompleta centrada nas vicissitudes da movimentação católica apenas entre 1549 a 1552, trabalho que se cruza com um outro manuscrito sobre a história dos *Bispos da igreja do Japão* com mais referências a religiosos católicos com estreitas ligações a Macau. Anotado pelo sacerdote japonês Hara Martinho, um dos jovens que, em 1582, seguiu na famosa embaixada japonesa à Europa, esta memória sublinha um período intelectual em que vários responsáveis jesuítas tentaram em Macau organizar a crónica da missão católica no Japão, mobilizando os esforços também de Gabriel de Matos, Francisco Pires e Afonso de Lucena. Neste período, o interesse memorial por Macau não destacava quaisquer eventos ou temas autónomos, antes encarava as “funções” históricas do enclave enquanto espaço de encruzilhada das missões católicas no Extremo Oriente. Neste contexto memorial específico, a movimentação jesuíta no grande império chinês produziu igualmente algumas memórias organizadas por religiosos instalados em Macau, começando por sobressair o esforço de Álvaro Semedo. Nascido em Nisa, em 1585, e falecido em Cantão, a 10 de Agosto de 1658, Semedo foi ordenado sacerdote em Macau, em Janeiro de 1611, rumando para as missões na China, tendo aprendido mandarim em Nanquim. Pelos inícios de 1618, foi vítima de perseguições e expulso para Macau, mas conseguiu voltar à China, fazendo os quatro votos a 10 de Junho de 1624. Mais tarde, em 1636, recupera-se a sua eleição para visitar Roma como procurador das províncias jesuítas do Japão e da China, tendo partido para a Europa em finais de 1637. No ano seguinte, já estava em Goa e, depois de chegar a Portugal, dirigiu-se a Madrid. Em 1641 e 1642 esteve em Roma, mas em Junho deste ano regressou a Lisboa, voltando a partir no ano seguinte para a Índia, retornando a Macau em Julho de 1645. Com vinte e dois anos de vivência da China, Álvaro Semedo acabou de escrever em 1638, de passagem por Goa, uma *Relação da propagação da fé no reyno da China e outros adjacentes*, memória especializada nos anos seguintes. A versão original em português perdeu-se, sendo o texto desta obra conhecido apenas através de versões em castelhano e italiano, às quais se seguiram outras em francês e em inglês, atestando o

êxito que esta memória alcançou tanto em meios cultos como em sectores europeus que, entre a Holanda e as ilhas Britânicas, se começavam a interessar pelo comércio com a China. Uma destas versões, difundida em castelhano em prelos madrilenos, em 1642, foi editada e adaptada por Manuel de Faria e Sousa com o título de *Imperio Imperio de la China y Cultura Evangelica en el, por los Religiosos de la Compañia de Iesus*. Nesta impressão lê-se de seguida: *Compuesto por el Padre Alvaro Semmedo de la propria Compañia, natural de la Villa de Nisa en Portugal, Procurador General de la Prouincia de la China, de donde fue embiado a Roma el Año de 1640. Publicada por Manuel de Faria y Sousa, Caballero del a Orden de Christo, y de la Casa Real. Dedicado Al Glorioso Padre S. Francisco Xavier, religioso de la Compañia de Iesus y seguno Apóstol de la Asia*. A segunda tradução, com diferenças em relação à edição castelhana, multiplicar-se-ia em italiano através da imprensa romana de Hermann Scheus, em 1643, com o título mais sonante de *Relatione della Grande Monarchia della Cina del Padre Álvaro Semedo portighese della Compagnia di Giesu*. Neste campo dominante da cronística e memórias religiosas importa igualmente visitar a obra importante de António Francisco Cardim. Nascido em Viana do Alentejo, em 1596, e falecido em Macau, a 30 de Abril de 1659, este jesuíta oriundo de uma família com estreitas ligações à Companhia, chegou ao enclave macaense em 1623, fazendo a profissão do quarto voto, tendo sido mestre de noviços e reitor do colégio da Companhia. Inventaria-se a sua participação em missões de evangelização a Cantão, ao Sião, em 1625, e a Tonquim, em 1631. António Francisco Cardim escreveu um conjunto de obras memoriais sobre a missionação jesuíta em espaços asiáticos, devendo destacar-se pela sua estreita ligação a um episódio dramático da história de Macau a obra impressa em Lisboa, na oficina de Lourenço de Anvers, em 1643, com o título de *Relação da Gloriosa Morte de Quatro Embaixadores Portuguezes, da cidade de Macao, com sincoenta & sete Christãos de sua companhia, degolados todos pella fee de Christo em Nangassaqui, Cidade de Jappão, a tres de Agosto de 1640. Com todas as circunstancias de sua Embaixada, tirada de informações verdadeiras, & testemunhas de vista. Pello Padre António Francisco Cardim da Companhia de Iesu Procurador geral da prouincia de Iappão*. Ampliando a dimensão devocional destas obras, devem-se também a Cardim as publicações pioneiras de dois martiriló-

gios, um género hagiográfico que encontraria nas perseguições à missão católica no Japão um tema bastante cultivado. O primeiro destes trabalhos apresenta-se como um *Fasciculus et Japponicis Floribus, suo adhuc madentibus sanguine, compositus a P. Antonio Francisco Cardim*, enquanto o segundo texto destaca a sua dimensão de catálogo: *Catalogus Regularium et Secularium qui in Iapponiae Regnis usque à fundata ibi. A S. Francisco Xaverio gentis Apostolo Ecclesia abethnicis. In odium Christianae Fidae sub quatuor Tyrannis violenta morte sublata sunt*. Estas duas obras foram depois impressas em português juntamente com a reedição da *Relação*, mobilizando o trabalho dos prelos lisboetas de Manuel da Silva, em 1650, oferecendo 87 gravuras e um mapa do Japão para ilustrarem o título de *Elogios e Ramalhetes de Flores borrifado com o sangue dos Religiosos da Companhia de Jesu a quem os tyrannos do Imperio de Iapão tirarão as vidas por odio da Fé Catholica. Com o Catalogo de todos os Religiosos, & Seculares, que por odio da mesma Fé forão mortos naquelle Imperio, até o anno de 1640*. Uma outra relação de António Francisco Cardim foi publicada durante a sua estada na cidade papal, estampando-se em italiano, em Roma, na tipografia de Andrea Fei, em 1645, com dedicação ao papa Inocêncio X: *Relatione della Provincia del Giapone scritta dal Padre Antonio Francesco Cardim della Compagnia de Gesu*. Em finais de Maio de 1650, depois ter chegado a Goa, António Francisco Cardim escreveu localmente uma obra remetida para Portugal narrando o naufrágio em que se encontrara envolvido, concretizando obra publicada por iniciativa de Manuel Severim de Faria, impressa em Lisboa por Domingos Lopes Rosa, em 1651, espalhando uma *Relaçam da Viagem do Galeam Sam Lourenço e sua perdiçam nos baixos de Moxincale em 3 de Setembro de 1649*. Pello *P. Antonio Francisco Cardim da Companhia de Jesus Procurador geral da Prouincia do Iapão*. Além destes trabalhos, António Francisco Cardim deixou ainda manuscritos outros textos com interesse, como uma *Informatio pro Provincia Japponia* e uma “relação do estado presente da Província do Japão até o ano de 1649”, escrita em Goa, em 1650, com o sugestivo título de *Batalhas da companhia de Jesus na sua gloriosa província de Japão*, obra com algumas referências importantes a Macau. Por fim, com redacção de 1655, Cardim organizou ainda uma outra relação com interesse em torno da competição política e económica holandesa que marcou o incontornável refluxo da presença política e comercial portuguesa em muitos espa-

ços asiáticos: *Relação da quebra das pazes dos Olandezes na India oriental, pilhagem de sette Naos Portuguesas que tomarão os Olandezes em tempo das pazes, cativoiro de quatorze religiosos e mais Seculares*. Esta colecção de títulos impressos e manuscritos é suficientemente expressiva para destacar em António Francisco Cardim um dos jesuítas mais activos no seu tempo na fixação, selecção e divulgação de temas marcantes da circulação política e religiosa portuguesa no Extremo Oriente e no Sudeste Asiático, promovendo mesmo, após a sua chegada a Lisboa, a edição de obras importantes sobre regiões fundamentais da circulação oriental dos projectos religiosos e políticos seiscentistas em espaços cada vez mais agitados pela concorrencial presença da progressivamente mais poderosa Companhia Holandesa das Índias Orientais, a famosa VOC, fundada em 1602. Em estreita comunicação com a obra de António Francisco Cardim visite-se o trabalho de Duarte Correia. Nascido em Alenquer em data desconhecida, foi martirizado em Nagasáqui a 28 de Março de 1639. Familiar do Santo Ofício em Goa, casou em Macau, dedicando-se aos lucrativos tratos do Japão. Em 1637, foi preso em Nagasáqui e levado para uma prisão em Omura, escrevendo uma relação depois impressa em Lisboa por Manuel da Silva, em 1643: *Relaçam do Alewantamento de Ximabara, & de seu notauel cerco, & de varias mortes de nossos Portuguezes pola fê*. Refira-se que esta obra foi enviada para Macau, juntamente com uma carta dirigida ao jesuíta António Francisco Cardim que promoveu a sua publicação. A relação de Duarte Correia mostra-se uma memória importante para a história de Macau ao associar a participação de vários jesuítas e habitantes da cidade nos processos de martírio católico no Japão ao impacto da Restauração em vários enclaves asiáticos de movimentação portuguesa. Trata-se de um casamento temático com algum interesse que se viria a albergar a outras especializações memoriais permitindo encontrar domínios factuais em que se destacaria com alguma autonomia uma certa história macaense. Em termos gerais, esta tendência memorial para verter os investimentos missionários na China e no Japão na produção de uma crónica cada vez mais rendida à economia apologética e didáctica dos martirológicos com a sua influência fundamental nas opções da parentética jesuíta acolhe-se também à obra do jesuíta Pedro Marques. Nascido em Nagasáqui, em 1612, e falecido na costa de Hainão entre 1670 e 1673, Marques encontrava-se em 1622 em Macau, entrando em 1631 para a Com-

panhia de Jesus. Entre 1644 e 1649, movimentou-se pelos enclaves portugueses na Índia para, três anos mais tarde, em 1650, regressar mais demoradamente a Macau. Em 1652, partiu para a missão japonesa através da Cochinchina e do Sião, concretizando a profissão dos quatro votos em Hoi Na, no Vietname, sendo mesmo nomeado, em 1662, superior da sua missão. Expulso da região, regressou a Macau, passando a cumprir funções de vice-reitor do colégio da Companhia entre 1667 e 1669. Pedro Marques concluiu no enclave macaense, a 7 de Outubro de 1644, uma relação manuscrita demoradamente intitulada *Relação dos Martyres de Japão, do anno de 1643*, texto compilando ainda outras duas memórias: uma *Relação breve do glorioso mártirio que o Padre António Rubino da Companhia de Jeus, Vizitador da Provincia de Jappão e China, padeceo em Nangasaqui, cidade do reyno de Jappão, com mais quatro Padres da mesma Companhia e quatro pessoas seculares em Março de 1643*; mais uma *Relação da viagem do Padre Pero Márquez, Provincial de Japão, e mais companheiros: de sua chegada e prisão naquelle reyno o anno de 1643*. Volta a mobilizar este pendor memorial e hagiográfico o trabalho de Jerónimo Rodrigues. Nascido em Monforte cerca de 1567 e falecido também em Macau, a 5 de Julho de 1628, este jesuíta encontrava-se desde 1597 no enclave macaense, depois ganhando o Japão. Desde 1614, Rodrigues conseguiu permanecer oculto no arquipélago até Outubro de 1617, altura em que voltou a fixar-se em Macau como consultor do provincial, chegando a ocupar as funções de visitador da China e do Japão até 1621. A 15 de Dezembro de 1617, Jerónimo Rodrigues terminou apressadamente em Macau, a tempo de ainda seguir nos navios que partiam nessa altura para a Índia, um trabalho com uma *Breve relação do número dos obreiros e dos lugares, por onde discorrem, desde anno de 614 até o presente de 617, por Japam, occupando-se em conservar e cultivar aquella christandade, todo o tempo desta última perseguição*. Neste contexto epocal associando estreitamente Macau à produção memorial da aventura da missão católica no Japão, interessa ainda a obra de Francisco Pires, jesuíta nascido em Sanfins, perto de Braga, para morrer igualmente na cidade macaense, a 26 de Julho de 1632. Chegado à Índia em 1578, ainda muito jovem, Pires dirigiu-se para Macau, partindo para o Japão em 1583, permanecendo em actividade religiosa até 1595, altura em retornou ao enclave macaense para ser ordenado sacerdote. Voltou depois ao

Japão até ser expulso, vivendo o resto da sua vida em Macau. Precisamente em 1622, no contexto do ataque holandês à cidade, Francisco Pires redigiu no enclave as suas memórias manuscritas sobre a missão católica do Japão, entre 1583 e 1618, texto com o simples título pessoal de *Pontos do que me alembra*. Apesar destes “pontos” memoriais se centrarem na história dos missionários jesuítas em trabalho religioso no Japão com passagem pelo enclave macaense, o trabalho de Francisco Pires permite encontrar algumas informações com interesse para a reconstrução da vida política, económica e comercial da cidade nos finais do século XVI e nas primeiras décadas de Seiscentos. A estas memórias da missão católica no Japão importa ligar a produção de outras relações importantes sobre a movimentação religiosa na China e noutros horizontes do Sudeste Asiático. Um texto manuscrito produzido pela circulação missionária dos jesuítas no grande império do meio aparece revisto em 1667 pelo provincial Feliciano Pacheco com o título de *Breve Relação em que se da uma compendiosa noticia de como foi perseguida a Ley de Deus na China, e seus pregadores desterrados nestes próximos anos de 1664 1665 feita por ordem do R. P. Luís da Gama Visitador das Provincias de Japão e China da Companhia de Jesus em Cantam Provincia da China, e lugar do desterro de 1667 revista segunda vez pelo Padre vice Provincial Feliciano Pacheco*. Outra obra de largo pendor hagiográfico vinculada à produção jesuíta destes martirólogos encontra-se nos trabalhos de outro activo missionário sedado em Macau, Manuel Ferreira. Nascido em Lisboa em 1631, este jesuíta morreu longe em Tonquim, em 1699. Entre 1673 e 1677, seguiu como superior para a missão de Tonquim, acompanhado no primeiro destes anos pelo jesuíta Manuel Pimentel que, tempo antes, havia colaborado numa embaixada à China. Voltou a Portugal e, em 1694, regressou ao Oriente, embaraçando-se em problemas com missionários franceses da *Propaganda Fide*. Após ter passado por Macau, estava de novo em Tonquim em Abril de 1696. Organizou uma obra sobre a *Cochinchina* e a história das perseguições aos cristãos locais, livro publicado sem nome de autor em Lisboa na oficina de Miguel Manescal, em 1700, com o título de *Noticias sumarias das perseguições da Missam e Cochinchina, principiada, & continuada pelos Padres da Companhia de Jesus*. Ligada à movimentação dominicana em Timor e ilhas adjacentes encontra-se a obra de Frei Miguel Rangel, nascido em Aveiro cerca de 1570 e

falecido em Cochim a 14 de Setembro de 1646. Este dominicano desenvolveu actividade religiosa em Macau, Flores e Solor, aqui se empenhando na reconstrução da fortaleza portuguesa local e na promoção da missão dominicana nas ilhas das Pequenas Sundas. Em 1633, quando Frei Miguel Rangel estava em Malaca, concluiu uma memória depois impressa em volume publicado em Lisboa por Lourenço Craesbeeck, em 1635, oferecendo importante *Relaçam das Christandades e Ilhas de Solor*. Mais especializada se mostra alguma produção cronística jesuíta exclusivamente ligada à movimentação missionária católica na China, esclarecendo um progressivo interesse também pela história do grande império do meio. Assim ocorre nos trabalhos referenciais de António de Gouveia. Nascido em Casal, perto da cidade de Viséu, em 1592, faleceu em Fuzhou 福州, na província chinesa de Fujien (Fujian 福建), a 14 de Fevereiro de 1677. Permaneceu ao serviço da Companhia de Jesus em Goa até cerca de 1630, altura em que foi enviado para Macau. Em 1634, entrou na China até ao fim da sua vida, redigindo duas obras de interesse memorial que ficaram manuscritas. Um primeiro texto foi concluído em 1644, levado para Macau e preservado até ao século XVIII, aparecendo copiado com o título de *Asia extrema, entra nela a fê, promulga-se a ley de Deos pelos Padres da Companhia de Jesus*. Um segundo trabalho manuscrito relata a história das missões católicas na China, entre 1644 e 1654, intitulando-se *Monarchia da China dividida por seis idades*. Estes mesmos interesses cronísticos e memoriais com original frequência da história e cultura da China encontram-se nos textos do jesuíta Gabriel de Magalhães. Nascido em Pedrógão Grande, em 1610, e falecido em Pequim, a 6 de Maio de 1677, movimentou-se através de Macau desde 1639, alcançando a cidade de Hang-Zhou (Hangzhou 杭州), residindo desde 1648 em Pequim como um dos “padres da corte”. Gabriel de Magalhães terminou em 1668 a sua obra maior que, fruto de uma vivência local de vinte e nove anos, intitulou *Doze excelências la China*. A versão portuguesa deste trabalho desapareceu, mas grande parte do seu texto foi copiado e integrado, com ligeiras modificações e sem identificação da origem, na obra de Frei Jacinto de Deus, *Vergel de plantas*, concluída em 1679 e publicada postumamente em 1690. O texto de Gabriel de Magalhães foi ainda levado para França por Philippe Couplet, sendo publicado em Paris por Claude Barbin, em 1688, com o título de *Nouvelle*

Relation de la Chine contenant la description des particularitez les pus considerables de ce grand Empire [...] traduit du portugais en françois par le Sr. B. [Bernout]. Gabriel de Magalhães escreveu ainda outros trabalhos que quedaron igualmente manuscritos, como é o caso de uma *Relação da perda e destruição de Província e christandade de Suchuen e do que os Padres Luís Bulhio a Gabriel de Magalhães passaram em seu cativoiro*. Uma outra *relação* manuscrita foi encerrada pelo nosso jesuíta em Pequim, a 30 de Outubro de 1649, com o título de *Relação do que socedeo na Corte de Pekim ao Padre Furtado, Superior do Norte e aos padres Luís Buglio et Gabriel de Magalhães dos 20 de Fevereiro de 1648 te os 25 de Outubro de 1649*. Trata-se de memórias que interessam para o inventário das ligações entre as instituições religiosas católicas de Macau e a movimentação missionária na China, permitindo encontrar figuras, acontecimentos e problemas em que frequentemente se vai mesmo jogando a sorte das “funções” religiosas do enclave macaense. Este tipo de relações transformou-se num dos mais recorrentes formatos memoriais difundidos por vários jesuitas instalados ou em movimentação missionária através de Macau. É também o caso de Matias da Maia, religioso nascido em Atalaia, junto de Santarém, em 1615, e falecido num naufrágio ocorrido junto à costa do Vietname quando, a 15 de Janeiro de 1667, se dirigia para Macassar. Em 1650, alcançou Macau, sendo nomeado sócio do visitador, depois vice-reitor e mestre de noviços no colégio da cidade. Nos anos seguintes, dedicou-se a missões na ilha de Hainão e na China continental, chegando a vice-provincial, cargo que desempenhava em 1663. Matias da Maia escreveu uma *Relação de viagem*, e foi-lhe atribuída a autoria de um opúsculo publicado sem nome de autor, impresso na oficina Craesbeckiana, em 1650, com o título de *Relação da Conversão a nossa Sancta Fê da Rainha, & Príncipe da China, & e de outras pessoas da casa Real que se baptizarão o anno de 1648*. Uma memória importante para a história da invasão Qing 清 do Sul da China e do apoio dado por Macau ao que restava da resistência e corte dos Ming 明, incluindo o celebrado episódio da conversão ao catolicismo de alguns dos seus membros mais destacados. Esta larga frequência de Macau enquanto espaço de organização e distribuição de jesuítas pelas missões do Japão, da China e do Sudeste Asiático com a sua história especializada de perseguições e martírios obriga algumas destas relações religiosas a fixar também interesses memoriais pela ordem

dos itinerários e das viagens para o enclave macaense. Orientação que se recupera na obra de Sebastião Vieira, nascido em Castro Daire a 20 de Janeiro de 1572 e morto por autoridades japonesas em Endo, a 6 de Junho de 1634. Encontra-se este jesuíta em Macau desde 1603 como mestre de noviços, depois dirigindo-se para Nagasáqui e Hiroshima, voltando ao enclave do delta do rio da Pérola como procurador da China e do Japão até que, três anos depois, cerca de 1609, retornou ao arquipélago nipónico. Em Novembro de 1611, fez a profissão dos quatro votos em Nagasáqui e, em Novembro de 1614, partiu para Manila na sequência da ordem de expulsão dos jesuítas. Tentou ainda no ano seguinte regressar ao Japão, mas foi obrigado a retroceder para Macau, sendo eleito procurador na segunda congregação provincial do Japão para a representar em Roma, em 1623. Em Abril de 1629, voltou a partir de Lisboa para Macau e Filipinas, passando em 1632 clandestinamente para Nagasáqui, acabando por ser preso e martirizado. Em 1623, Sebastião Vieira estava a trabalhar na redacção de uma *História da Companhia no Japão* quando seguiu para a Europa, apenas apresentando à Companhia um manuscrito *Memorial do procurador do Japão*. Devemos a este jesuíta com interesse para a história de Macau uma *relação* datada de Fune, a 18 de Fevereiro de 1633, texto manuscrito sem título catalogado como uma *Relação da viagem que fez de Macau a Manila e daqui ao Japão*. Ainda mais concreta se mostra a relação organizada por um dos primeiros autores seculares activos em Macau, António Fialho Ferreira. Nascido em Sesimbra nos finais do século XVI, terá falecido por Macau em meados de Seiscentos. Antes de 1624, estabeleceu-se no enclave, casando e dedicando-se ao comércio. Em 1637, envolveu-se em polémicas sobre assuntos locais e decidiu retornar à Europa. Chegou a Goa a 24 de Junho de 1638 e daí partiu por terra, em Janeiro de 1639, até chegar a Madrid. Ganhou em seguida Lisboa, testemunhando a Restauração. Apoiou D. João IV que o enviou a Macau para defender a sua subida ao trono. Depois de consideráveis dificuldades chegou ao enclave do Sul da China em 1642 e, após ter cumprido a sua missão oficial, regressou a Lisboa. Voltou a partir da capital em 1644 como capitão-mor dos navios que levaram uma embaixada ao Japão procurando reatar sem sucesso relações com o arquipélago. António Fialho Ferreira escreveu sobre a aclamação de D. João IV uma obra datada da ilha de Santa Helena, a 12 de Abril de 1643, impressa em

Lisboa na oficina de Domingos Lopes Rosa, em 1643: *Relação da Viagem que por ordem de Sua Magestade fez Antonio Fialho Ferreira, deste Reyno à Cidade de Macao na China: E Felicíssima Aclamação de Sua Magestade ElRey nosso Senhor D. João o IV*. Além deste trabalho, o nosso autor também escreveu várias cartas e um texto manuscrito datado de Lisboa, a 7 de Setembro de 1640, discutindo as *Razões á pergunta que se me fez sobre a navegação que se tem aberto da China á India pellos boqueirões de Balle, e se será acertado fazerse viagem da China em dereitura a Lisboa e que caminho farão as embarcações*. É também com o formato de uma relação de viagem que se recupera a obra de outro jesuíta instalado em Macau, André António Ferrão. Chegando à Índia em 1657, daí seguiu para Macau, onde chegou a 17 de Julho de 1658, depois de realizar uma viagem relatada em obra que ficou manuscrita com o título de *Relação da Viagem que fizeram de Goa a Machao os Missionários da China o anno de 658 aos Padres e irmãos da Companhia de Jesus do Colégio de Coimbra pelo Padre André Ferrão da mesma Companhia*. Para começarmos a encontrar textos singulares e exclusivamente comprometidos com a história de Macau é necessário recuperar na primeira metade do século XVII estes dois acontecimentos políticos em se jogou a própria sorte da presença portuguesa no enclave: o ataque holandês à cidade, em 1622, e os reflexos no território do movimento da Restauração, em 1640, como se encontrou no texto de António Fialho Ferreira. Pertence a este tipo de relações restauracionistas também a obra de João Marques Moreira, protonotário apostólico e capelão em Macau. Foi autor de texto escrito no enclave do Sul da China, em Agosto de 1642, impresso em Lisboa na oficina de Domingos Lopes Rosa, em 1644, com o título de *Relação da Magestosa, Misteriosa e Notável Aclamação que se fez à Magestade de Dom loam o IV nosso Senhor na Cidade do nome de Deos do grade Imperio da China & festas que se fizerão pelos Senhores do Governo publico & outras pessoas particulares. Por D. João Marques Moreira, protonotário Apostólico da Santa Sé & capelão de Sua Magestade na dita cidade em o ano passado de 1642*. Integra também o contexto memorial da Restauração a obra de João Salgado de Aratijo, um presbítero secular doutorado em direito pontifício pela Universidade de Coimbra, nascido em Monção em data desconhecida e falecido depois de 1652. Exerceu demoradamente funções de protonotário apostólico e comissário do Santo Officio para, entre 1627 e 1638, viver na

corte de Madrid, regressando a Portugal para aderir à Restauração. Em 1644, através dos prestigiados prelos das oficinas de Paulo Craesbeeck, João Salgado difundiu uns *Sucessos Militares das Armas Portuguesas em suas fronteiras depois da Real aclamação contra Castela. Com a geografia das Prouincias & nobreza delas*. Apesar da dispersão geral deste texto, descobre-se um quarto capítulo significativamente intitulado “Aclama a cidade de Macau na China a voz de Sua Magestade. Jornada de António Fialho Ferreira”. A tentativa holandesa de atacar e tomar Macau, em 1622, transformou-se em acontecimento agitado como refundador da presença portuguesa no enclave. Vários textos e memórias frequentaram e representaram estes eventos oferecendo informação importante sobre a história passada e presente do território. Pertence a este movimento memorial a obra de Frei António do Rosário, um dominicano que ocupou a posição de administrador do bispado de Macau, entre 1617 e 1636, cargo exercido desde que o bispo D. João da Piedade embarcara em 1617 para Portugal. Foi novamente eleito governador do bispado em 1624, apesar da oposição dos jesuítas e do Senado que propunham a sua ocupação pelo jesuíta D. Diogo Valente, bispo do Japão. A 22 de Abril de 1622, Frei António do Rosário foi provido no exercício da capitania de guerra de Macau e, a 30 de Julho, tomou posse como presidente do conselho governativo. A seguir, em 1636, foi nomeado bispo de Malaca, tendo morrido pouco depois quando viajava perto de Ceilão rumo a Goa. Em 1622, Frei António do Rosário escreveu uma relação manuscrita intitulada *Breve Rellação da vinda dos Olandezes a Macao, e da grande victoria, que Loppo Sarmento de Carvalho Capitão mor delle alcançou por intercessão da Sacratissima Virgem do Rozario, e do glorioso S. João Baptista, em cujo dia se alcançou, feita pelo Padre Fr. Álvaro do Rosario da Ordem de S. Domingos dos Pregadores, que se achou na ditta Batalha*. Outro autor que se mobilizou para registar tanto o ataque holandês a Macau como novas relações da perseguição às missões católicas no Japão foi Gabriel de Matos. Nascido na Vidigueira, em 1571, faleceu em Macau, a 9 de Janeiro de 1634. Em 1597, alcançou o enclave para se fixar, em 1600, no Japão, desenvolvendo actividade missionária. Depois de uma passagem por Roma, retornou em 1619 a Macau, sendo nomeado por um ano reitor do colégio local. Entre 14 de Outubro de 1621 e Novembro 1622 teve o cargo de visitador da China e do Japão, rumando, em 1624, ao Vietname. Não tendo

conseguido alcançar o Japão como desejava, fixou-se em Macau desde 1626. Quando veio à Europa, Gabriel de Matos publicou uma *relação* impressa em Lisboa por Pedro Craesbeeck, em 1616: *Relação da Perseguição que teve a Cristandade de Japam desde Mayo de 1612 até Nouembro de 1614, tirada das cartas anuaes que se enviaram ao Padre Geral da Companhia de Jesus composta pelo P. Gabriel de Matos da Compañhia de Jesus, Procurador da China & Japão, natural da Vidigueira*. Entre 1622 e 1628, Gabriel de Matos escreveu em Macau as suas memórias sobre a missão jesuíta do Japão que, tratando o período de 1600 a 1610, ficaram manuscritas sem título. O interesse e empenho por temas memoriais leva-nos a supor que poderá ter sido Matos o visitador que escreveu uma memória do ataque holandês a Macau, em Junho de 1622, obra publicada por duas vezes em castelhano, primeiramente nos prelos lisboetas de Pedro Craesbeeck, em 1623, oferecendo em três rápidas páginas uma *Relacion de la Vitoria que alcanço la Ciudad de Macau, en la China, contra los Olandeses*. A segunda edição apresenta a referência no final “Traduzida de lingua Portuguesa en Castellana, por António Noguera Barrocas, Português, Mercador de Libros. Impresso com licencia en Madrid ano de 1623”, exibindo agora em apenas duas folhas uma *Relacion de la vittoria que los Portugueses alcançaron en la ciudad de Macau, en la China, contra los Olandeses, en 24 de Junio de 1622. traduzida dela que embió el padre Visitador de la Compañia de Jesus, de aquellas partes, a los padres de su Colegio de Madrid*. Outra relação interessante sobre a tentativa holandesa de conquista de Macau acolhe-se a um manuscrito anónimo, escrito talvez por um autor secular ligado à câmara macaense, organizando uma nova *Rellação da Victoria que a cidade de Macau teve dos Olandeses no anno de 1622*. São sobretudo estas relações sobre a ofensiva holandesa e o impacto complexo da Restauração em Macau que permitem abrir as portas aos primeiros textos que difundem com mais autonomia memórias do passado e presente de Macau. Seguindo as coacções impostas pela cronologia, destaque-se a obra de Diogo Caldeira Rego, “alferes e escrivão da câmara” de Macau, cargos com que se identifica em memória redigida sobre a cidade com o título de *Breve Relação do estado da Cidade do Nome de Deus Reino da China de seu principio ate o anno de 1623*. Este trabalho aparece datado de 27 de Novembro de 1623, não alcançou o sucesso dos prelos e apresenta evidentes semelhanças temáticas com uma obra anó-

nima de 1629, igualmente manuscrita, com a indicação de conter uma *Relação do principio que teue a cidade de Macau e como se sustenta até o presente*. Trabalho escrito em 1629 com características semelhantes ao de Diogo Caldeira Rego descobre-se em nova memória que ficou manuscrita com o título de *Breve Relação do estado da Cidade do Nome de Deos Reino da China de seu principio ate o anno de 1623*. Registo memorial importante com a mesma tipologia sobre a vida política de Macau encontra-se sob a cuidada forma pessoal de diário em trabalho da autoria de Luís da Gama. Nascido em Lavre, perto de Montemor-o-Novo, em 1610, o nosso autor faleceu em Macau a 5 de Agosto de 1672. Trata-se de mais um religioso jesuíta com demorado trabalho em espaços orientais, tendo sido mesmo “pai de cristãos” em Goa, Tana e Baçaim. Tentou chegar sem sucesso ao Tibete, tendo ficado detido em 1640 em Srinagar. Em 1643, estava de volta a Goa, colocado como pároco em Salsete durante cinco anos. Foi depois reitor do noviciado e do colégio de Goa, passando, em 1653, para o colégio de Moçambique, sendo visitador da África Oriental. Em 1662, foi nomeado visitador da China e Japão, cargo que desempenhou em Macau, entre 23 de Julho de 1664 e 23 de Julho de 1670, tendo nesta função intervido na controvérsia sobre os ritos chineses. Durante a sua permanência em Macau, Luís da Gama escreveu cartas e outros textos, sendo de destacar um trabalho memorialista registado sem título em manuscrito inventariado como um *Diário com o registo das principais ocorrências da História de Macau entre 1665 e 1671*. Por iniciativa de Luís da Gama também foi escrita uma obra manuscrita com a indicação de conter uma *Breve Relação Em que se da huma Compendiosa noticia de como foy perseguida a Ley de Deus na China, e seos pregadores desterradoz nestes próximos annos de 1664 1665 feita por ordem do R. P. Luís da Gama Visitador das Províncias de Japão e China da Companhia de Jesus Em Cantam Província da China, e lugar do desterro De 1667 Revista segunda vez pello Padre vice Provincial Feliciano Pacheco*. A partir destas memórias, algumas outras relações começam também a sublinhar as funções políticas e diplomáticas de Macau no acesso ao grande império chinês. Assim ocorre na obra de Francisco Pimentel, jesuíta nascido em Arganil, em 1631, e falecido em Tonquim em 1675. Em 1670, integrou-se como capelão na embaixada de Manuel de Saldanha à corte de Pequim, tendo regressado Macau para partir para uma fatal missão em Tonquim, em 1673.

Depois de concluída a embaixada anterior, Francisco Pimentel relatou a sua experiência em obra manuscrita com o título de *Breve relação da jornada q(ue) fez a Corte de Pekim o Senhor Manoel Saldanha Embaxador extraordinario del Rey de Portugal ao Emperador da China, e Tartaria: começando do primeiro dia em que se embarcou em Cantão*. É apenas na primeira metade do século XIX que se começam a encontrar textos visitando em exclusividade o passado e presente de Macau, associando mais estreitamente memória e história. Nascido na segunda metade do século XVIII em Minas Gerais, no Brasil, coronel de artilharia e procurador da cidade mineira, servidor militar em Angola, mais tarde no fim da sua vida governador de Coimbra, José de Aquino Guimarães e Freitas foi responsável por publicar aquele que se mostra cronologicamente o mais antigo trabalho singular casando história e memória de Macau. Tendo visitado e cumprido funções militares no enclave português do Sul da China nas primeiras décadas do século XIX, por volta de 1820 a 1825, Freitas associou ao interesse curioso e científico sobre o território uma frequência admirada, entre elogio político e conservadorismo social, pela forte “autoridade” exercida em Macau pelo poderoso ouvidor e conselheiro Miguel de Arriaga Brum da Silveira. Intitulada simplesmente *Memória sobre Macao*, estampada em Coimbra pelos prestigiados prelos da Real Imprensa da Universidade, em 1828, a obra de José de Aquino oferece ao longo de noventa e quatro rápidas páginas um estudo organizado de acordo com os modelos da iluminada erudição epocal e da sua experiência pessoal, militar e política, no enclave macaense. Trabalhando na sua especialidade de artilharia no batalhão português de Macau sob as ordens do Brigadeiro Dionísio de Melo Sampaio, José de Aquino Guimarães e Freitas apenas cumpriria uma tarefa prestigiante no território quando, em 1822, foi nomeado pelo governador e Leal Senado para representar em Lisboa a cidade na cerimónia de felicitações pelo regresso do Brasil de D. João VI. Desconhecem-se a sua vida e actividades nas diferentes colónias portuguesas em que exerceu funções militares, mas é possível que José de Aquino tenha feito parte desse muito pouco estudado grupo de soldados portugueses que, hostil à independência do Brasil, foi sendo distribuído por outros espaços coloniais mantendo forte desconfiança pelos rumos do liberalismo em Portugal. A sua estreita frequência dos ideários conservadores do ouvidor Miguel de Arriaga, paradigma do absolutismo de

Antigo Regime em Macau, autoriza a adiantar estas perspectivas. Mais importante é destacar a prioridade da *Memória sobre Macao* enquanto primeira grande tentativa de redigir uma história do território macaense a partir da representação da sua “memória”. Normalmente, como se sabe, os manuais e guias da história de Macau consagram o trabalho do sueco Anders Ljungstedt, *Um Esboço Histórico dos Estabelecimentos dos Portugueses e da Igreja Católica Romana e das Missões na China*, estampado em 1836, como o mais antigo trabalho autónomo de história de Macau. Publicado inicialmente em inglês, este estudo aparece traduzido em português pelo periódico *Echo Macaense*, entre 1 de Agosto de 1893 e 13 de Dezembro de 1896, mas oferecendo aos leitores apenas a primeira parte do livro. A seguir, em 1909, esta versão parcial da obra de Ljungstedt foi incluída numa nova publicação dedicada à divulgação de trabalhos respeitantes à história de Macau, publicados pela Imprensa Nacional. Mais tarde ainda, a Direcção dos Serviços Diplomáticos, Geográficos e da Marinha do Ministério das Colónias veio a publicar esta colectânea através de prelos lisboetas, em 1921. Uma divulgação praticamente oficial que fez com que obra de Ljungstedt dominasse a fundação de uma historiografia macaense ao longo de quase setenta anos até ao aparecimento do referencial no debutar do século passado do célebre *Macau Histórico* de Montalto de Jesus. Não são, todavia, assim as lições incontornáveis da cronologia. Anterior ao *Esboço* de Ljungstedt publicou-se esta *Memória* de José de Aquino Guimarães e Freitas. Naturalmente, com desigual sucesso e muito menos impacto intelectual. Em termos gerais, a obra de Freitas procurava fundar uma interpretação tanto conservadora como para-colonialista da história de Macau, não disfarçando a sua incomodidade face ao crescimento continuado da população maioritária chinesa local e ao apertado controlo exercido sobre o enclave pelas autoridades regionais do grande império do meio. Não conseguindo resolver documentadamente o tema da fundação de Macau, esta memória interessava-se mais pelo destino futuro de uma cidade que se queria mais rendida a uma frágil soberania portuguesa. Em contraste com estas ideias que circulavam entre os meios conservadores de Macau, o trabalho sério de Ljungstedt mostrava-se especialmente crítico em relação à dimensão quase predadora da movimentação portuguesa em alguns espaços asiáticos, sublinhando também a completa impossibilidade de se certificar com rigor

documental qualquer doação sínica do enclave a uma soberania legal lusa. As teses polémicas, mas geralmente acertadas, do investigador e curioso sueco viriam a suscitar a crítica inteligente do *Historic Macau*, publicado uma primeira vez por Montalto de Jesus em prelos de Hong Kong, em 1902. O texto apurado de Montalto procurava sem grande rigor documental comprovar a “oferta” de Macau para o estabelecimento dos portugueses na sequência da sua ajuda na libertação dos mares do Sul da China da opressiva presença de pirataria japonesa. A cronologia das primeiras movimentações lusas no enclave entre 1555 e 1557 afigura-se correcta, mas não a identificação do processo largamente contratual e nitidamente de longa duração da circulação, primeiro, e fixação, depois, de grupos de representação portuguesa em Macau. Mais importante, porém, mostra-se a perspectiva adiantada por Montalto de Jesus para tentar explicar a duração de um enclave especial que entendia marcado por evidente autonomia política. Seguindo as páginas do *Historic Macau*, o nosso autor sublinha que teria sido o “poder senatorial”, orbitando em torno do Leal Senado e do patriciado cristão local, o elemento polarizador da produção de uma cidade de presença portuguesa que, em permanente negociação com as autoridades chinesas, tinha conseguido sobreviver com generosa autonomia. Mais tarde, a segunda edição do *Historic Macau*, já em 1926, haveria de disolver o acolhimento favorável entre as elites macaenses da publicação original. Profundamente crítico dos contraditórios projectos do colonialismo português, afectado pelo desinteresse de Lisboa pelos destinos de Macau, Montalto de Jesus não hesitaria em propor a transformação do enclave numa sorte de protectorado internacional a entregar à Sociedade das Nações. O resultado destas propostas críticas é conhecido: o livro seria proibido em Macau e Montalto sujeito a um irremediável processo de marginalização. Seja como for, é na associação destes três nomes e obras que se pode começar a vislumbrar a lenta formação de uma historiografia de Macau mobilizada principalmente para o debate acerca da situação política da formação e estabelecimento português na cidade. Com efeito, os temas discutidos sucessivamente por José de Aquino Guimarães e Freitas, Anders Ljungstedt e Montalto de Jesus marcaram quase irritantemente a agenda dos destinos das problemáticas da historiografia de Macau claramente dominada por uma história política e pelo debate sobre as “origens” do enclave. A demorada re-

petição de temas e argumentos glosados incessantemente por uma historiografia portuguesa de pendor nacionalista e comprometida com as retóricas do colonialismo português não permitiu até bem entrada a década de 1960 alargar a investigação temática do passado Macau, geralmente encarado pelos principais historiadores portugueses da primeira metade do século XX como mais um fragmento de um “especial” império colonial português exaltado pelas suas virtuosas soluções multi-raciais. A crítica e renovação da historiografia de Macau chegaram exteriormente ao estreito quadro mental imposto pela historiografia portuguesa dos “descobrimientos e da expansão” de grande parte do século XX, começando por se destacar a obra infatigável de Charles Boxer tanto na publicação de documentação inédita para a história de Macau como na reinterpretção das funções históricas do enclave no quadro do que foi designando e explicando como o império marítimo português. Mais raro ainda se apresenta o esforço fundamental de compreender a história de Macau num quadro global, enquanto espaço integrante de um novo sistema moderno mundial, pistas que praticamente se confinam à obra magistral que Vitotino Magalhães Godinho consagrou com irrepitível inteligência, entre 1963 e 1971, a *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*. Pistas, problemas, objectos e estímulos sugeridos pelos trabalhos referenciais de Charles Boxer e Vitorino Magalhães Godinho não têm vindo a ser explorados. A ampliação das problemáticas da historiografia científica começa agora nas últimas duas décadas a ressaltar da progressiva ampliação do interesse de historiadores chineses por um enclave de novo integrado como região especial no seio da grande República Popular da China. Investimentos continuados têm vindo a ser dirigidos para a publicação de fontes chinesas fundamentais para a história de Macau, ao mesmo tempo que se foram publicando novos títulos de investigação sérios e importantes. Destaquem-se, entre outros trabalhos, duas dissertações de doutoramento renovadoras e cientificamente competentes da autoria de historiadores chineses: frequente-se com vantagens de Fok Kai Cheong (Huo Qichang 霍啟昌) o importante trabalho académico intitulado *The “Macao Formula”. A Study of Chinese Management of the Westerners from the Mid-Sixteenth Century to the Opium War Period* (Hawaii: University of Hawaii, 1978, Ph.D. dissertation, pol.); some-se a este trabalho de referência o estudo problemático de Wu Zhiliang 吳志良, *Segredos da sobrevivência. Histó-*

ria Política de Macau (Macau: Associação de Educação de Adultos de Macau, 1999). Apesar da qualidade destas (e de algumas outras) investigações inovadoras de historiadores chineses, o panorama historiográfico de Macau permanece dominado pela história política e faltam nitidamente os estudos problematizadores sobre os grandes indicadores estruturais dos outros domínios do fazer história: as histórias económicas, sociais, culturais e religiosas de Macau ainda aguardam as suas investigações profissionais. Sem um mínimo de indicações esclarecedoras sobre as estruturas económicas e sociais do passado de Macau, da demografia aos ciclos económicos, dos preços aos investimentos, da acumulação de capital ao trabalho, da estamentação social aos sistemas de sociabilidade, torna-se difícil entender a complexidade da história de Macau que não se vazou em reitora exclusividade somente na produção de algumas instituições e produções, eventos ou incidentes políticos entre origens, debates de soberanias e estatutos de autonomia. [I.C.S.]

Bibliografia: BOXER, Charles R., *A Aclamação del-Rei D. João IV em Goa e em Macau*, (Lisboa, 1934); BOXER, Charles R., *A Derrota dos Holandeses em Macau no Ano de 1622*, (Macau, 1938); BOXER, Charles R., *Macau na Época da Restauração (Macau three hundred years ago)*, (Macau, 1942); BOXER, Charles R., *Fidalgos in the Far East (1550-1770). Fact and Fancy in the History of Macao*, (The Hague, 1948); BOXER, Charles R., “The Colour Question in the Portuguese Empire (1415-1825)”, in: *Proceedings of the British Academy*, vol. XLVII, (Oxford, 1961); BOXER, Charles R., *Race Relations in the Portuguese Colonial Empire (1415-1825)*, (Oxford, 1963); BOXER, Charles R., *Portuguese Society in the Tropics. The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda (1510-1800)*, (Madison-Milwaukee, 1965); BOXER, Charles R., *Francisco Vieira de Figueiredo: a Portuguese Merchant Adventurer in Southeast Asia (1624-1667)*, (The Hague, 1967); BOXER, Charles R., *Mary and Misogyny: Women in Iberian Expansion Overseas (1415-1815). Some Facts, Fancies and Personalities*, (London, [1975]); BOXER, Charles R., *O Grande Navio de Amacau*, (Macau, 1989); BOXER, Charles R., *A Igreja na Expansão Portuguesa (1440-1770)*, (Lisboa, 1990); BOXER, Charles R., *O Império Marítimo Português*, (Lisboa, 1992); CASTELO, Cláudia Orvalho, *A História do Japão Contada por João Rodrigues*, in *Revista de Cultura*, n.º 17, (Macau, 1993), pp. 133-144; CHEONG, Fok Kai, *Te “Macao Formula”. A Study of Chinese Management of the Westerners from the Mid-Sixteenth Century to the Opium War Period*, dissertação de doutoramento (policopiada), (Hawaii, 1978); CHEONG, Fok Kai, *Estudos sobre a Instalação dos Portugueses em Macau*, (Lisboa, 1996); CIESLIK, H., “Father Luís Fróis, Historian of the Missions”, in *Missionary Bulletin*, n.º 8, (1954), p. 153-157, 176-183; COOPER, Michael, *Rodrigues o Intérprete: um Jesuíta no Japão e na China*, (Lisboa, 1994); FARINHA, António Lourenço, “Trinta e Sete Anos nas Missões da China: Vida

do P. Gabriel de Magalhães”, in *Série Biográfica*, n.º 4, (Cucujães, 1946); GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, (Lisboa, 1991); GOMES, Luís Gonzaga (ed.), *Nova Relação da China Contendo a Descrição das Particularidades mais Notáveis deste Grande Império Composta no Ano de 1668*, (Macau, 1957); JANEIRA, Armando Martins, “Um Clássico Português por Descobrir: Luís Fróis”, in *Colóquio-Letras*, n.º 36, (Lisboa, 1977); KAWASAKI, Momota, “Em Torno da História do Japão de Luís Fróis. Notas sobre a Génese e Importância desta Obra”, in: *Revista de Cultura*, n.º 2, (1987); LIMA, Durval R. Pires de, *A Embaixada de Manuel de Saldanha ao Imperador K'hang Hi em 1667-1670: Subsídios para a História de Macau*, s. n., (Lisboa, 1930); LOUREIRO, Rui Manuel, *Tratado das Coisas da China*, (Lisboa, 1997); LOUREIRO, Rui Manuel, *Fidalgos, Missionários e Mandarins: Portugal e a China no Século XVI*, (Lisboa, 2000); MESQUITELA, Gonçalo, *História de Macau*, 3vols., 6 tomos, (Macau, 1996-1999); PING, Jin Guo; ZHILIANG, Wu, *Reformular as Origens de Macau – Imperadores, Âmbar-Cinzentos e Macau*, in *Revista de Cultura*, n.ºs 38/39, (Macau, 1999), pp. 5-22; SILVA, Beatriz Basto da, *Cronologia da História de Macau*, 5 vols., (Macau, 1993); ZHILIANG, Wu, *Segredos da Sobrevivência. História Política de Macau*, (Macau, 1999).

HOUNAU, JOACHIM (1824-?) v. BELL, GEORGES.

HO TUNG, SIR ROBERT OU HO TUNG OU QIDONG (1862-1955). Ho Tung (He Dong 何東), aliás Qidong 啟東, cognominado de Xiaosheng 曉生. Nome de baptismo Robert. Comerciante e filantropo célebre de Hong Kong e Macau. Natural de Hong Kong, nasceu no seio de uma família de Xin'an 新安 (o actual distrito Bao'an 寶安). Formou-se na *Central School* e foi assistente na mesma instituição. Em 1881, assumiu as funções de subdirector chinês de *Jardine, Matheson & Co.* Mais tarde, foi promovido a director dessa empresa. Exerceu muitos cargos directivos em firmas de Hong Kong. Em 1912, foi nomeado conselheiro da Delegação da China para a Conferência de Washington. Recebeu KT e KBE da Coroa Britânica. Entre 1941 e 1946, refugiou-se em Macau, por causa da Guerra do Pacífico. Em 1952, foi galardoado pelo Estado Português. Faleceu em Hong Kong, em 1955. A propriedade, por ele adquirida, em Macau, em 1918, foi doada às autoridades portuguesas e é hoje a Biblioteca Sir Robert Ho Tung. [J.G.P.]

Bibliografia: Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, Estabelecimentos de ensino de Macau, edição bilingue português-chinês, (Macau, 1994); LI Pengzhu, *Aomen Gujin* [O pas-

HO YIN 何賢 (1908- ciente e filantropo de Macau Guangdong 廣東. Fez estudioso. Aos 13 anos, saiu a vida. Aos 15 anos, tornou aldeia Chen 陳, no Distrito foi para a cidade de Guang; volver as suas actividades com um grupo de amigos, 隆銀號 (Casa de Câmbio de gerente da firma. Duran Guangzhou 廣州, refugiou a queda de Hong Kong na 1941, veio para Macau, or gerente do Banco Tai Fung dos anos 40 do século XX, merciante de Macau. Alén entre as autoridades da Re e Macau, durante os anos e diplomáticas entre a China vida, exerceu muitos cargos financeiras, de utilidade pú das quais se destaca o de vice Legislativa de Macau.

Bibliografia: Arquivo Salazar, *Macau: as Duas Tra*, (1999); FERNANDES, Mo, *Relações Luso-Chinesas 1945-*, (Lisboa, 2000); GUAN Zhei *Zhuan* [Biografia de Ho Yin *Aomen Teshou He Houhua* [E da Região Administrativa Es 1999]; WU Nan, *He Houhua* [E família de Edmond Ho], (Gu IEONG Wan Chong, *Aom* de Macau], (Macau, 1999); *Houhua* [Edmond Ho, Chefe nistrativa Especial de Macau Rongfang, *Ho Yin Shengping*

HO, EDMUND OU EDM (HE HOUHUA 何厚鐸) Chefe do Executivo da Região de Macau (RAEM), Ed Houhua 何厚鐸), nasceu em de 1955, sendo filho do com e tem dois filhos: um rapaz e